Nossa Caixa Desenvolvimento
Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA

Relatório da Administração - 1º Semestre 2011

1. APRESENTAÇÃO

Neste 1º semestre de 2011, a Nossa Caixa Desenvolvimento completou dois anos de atividades, com uma atuação alinhada aos princípios da ética e com o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Várias iniciativas foram adotadas visando o desenvolvimento da economia paulista, como lançamento de seis novas linhas de financiamento, novas parcerias com setores estratégicos da economia, participação ativa em feiras e eventos, entre outras.

O presente Relatório de Administração contém as principais informações a respeito do desempenho no 1º semestre de 2011, bem como os avanços alcançados pela Instituição.

1.1. Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Criada pela Lei Estadual 10.853/01 e regulamentada pelo Decreto 52.142/07 é parte integrante da Administração indireta do Estado de São Paulo, que detém o controle acionário com 99,99% das ações.

Com capital integralizado de R$ 1 bilhão, é vinculada à Secretaria da Fazenda, e atua de forma integrada com as entidades do governo estadual, constituindo-se num mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação associados ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Missão

"Promover o desenvolvimento sustentável do Estado, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras e de fomento".

1.2. Público-Alvo

Empresas de pequeno e médio porte, instaladas e com sede no Estado de São Paulo, dos setores produtivos: indústria, comércio, agronegócio e serviços, com faturamento anual entre R$ 240 mil a R$ 100 milhões.

As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Agência, por meio de linhas de financiamento específicas para o Setor Público.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

No 1º semestre de 2011, o cenário externo foi o principal responsável pelas intervenções feitas pelo governo brasileiro, dentre elas, a elevação do IOF no mercado futuro de câmbio, numa tentativa de conter a especulação cambial e a desvalorização do dólar. De forma geral, os indicadores de atividade transmitem sinais de estabilidade a levemente positivos, dependendo da variável de análise. Dentre eles, destacam-se o nível de confiança do empresariado, que apresentou baixa de 6,6 p.p. de janeiro a junho, estabelecendo-se no último mês a 57,9 pontos, enquanto que a taxa de desemprego nacional permaneceu praticamente estável no período, saindo de 6,4% da PEA para 6,2%. No Estado de São Paulo, em particular, o desemprego permaneceu na faixa de 6,6%, no 1º semestre.

No quesito taxa de juros, a Selic fechou o primeiro semestre em 12,25% a.a. e as projeções de mercado apontam que chegue a 13% a.a. em dezembro. Esse movimento reflete a substituição parcial das medidas macroprudenciais, pelas intervenções mais tradicionais de política monetária, via taxa de juros, prática que está relacionada à tentativa do Banco Central em desacelerar o consumo, de tal forma que a inflação e as expectativas possam convergir em direção às metas estabelecidas. Espera-se, como resultado dessa medida, que o PIB perca força até o final do ano, fechando 2011 com crescimento de 3,9%, apesar do bom desempenho no primeiro trimestre, cujo aumento verificado foi de 1,3%.

Em relação ao mercado de crédito, o saldo de recursos livres e direcionados somados, alcançou R$1.834 bilhões em junho, ao crescer 1,6% frente a maio, acumulando alta de 7,5% no 1º semestre, levando a relação crédito/PIB a 47,2% em junho, ante 46,9% em maio e 44,6% em junho de 2010. Já a participação dos bancos públicos no total de crédito do sistema financeiro alcançou 41,9% em junho, frente a 40,9% dos privados e 17,2% dos bancos estrangeiros. Cabe destacar que o saldo das operações contratadas com pessoas jurídicas registrou expansão de 1,8%, atingindo R$ 596,4 bilhões, com destaque para a participação das modalidades capital de giro e conta garantida. O movimento de expansão foi verificado também em relação ao crédito privado, que totalizou R$1.766 bilhões em junho, sendo que desse total, R$ 384,4 bilhões foram destinados à indústria, puxado pela maior demanda dos setores de siderurgia, construção, agronegócios e automóveis.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Desempenho nos Negócios

A Nossa Caixa Desenvolvimento atingiu, em 30/6/2011, R$ 329,4 milhões de desembolsos, desde a primeira operação de crédito, em junho de 2009, com 1.603 operações.

Esse montante beneficiou 446 empresas, de 131 cidades do Estado de São Paulo, sendo que 72% foram liberados com recursos próprios e 28% com recursos do BNDES.

Dos desembolsos, o setor da indústria tem 70% de participação total, seguido pelo comércio, com 12%, e pelos demais setores, com 18%.

O saldo da carteira de operações totalizou R$ 218,7 milhões, em 30/06/2011, com 94% da carteira classificados nos *Ratings* "AA" e "A", refletindo a excelente qualidade da carteira, que apresenta Índice de Inadimplência de 0,00%.

Considerando o prazo de vencimento, a carteira está composta com 42,6% de operações com vencimento de até 01 ano, 57,4% acima de 01 ano.

3.2. Linhas de Financiamentos

A Nossa Caixa Desenvolvimento lançou, neste primeiro semestre, seis novas linhas de crédito:

- **LVM - Linha Economia Verde - Municípios -** linha de financiamento para financiar investimentos municipais destinados às melhorias de meio ambiente, em cumprimento ao disposto na Lei de Mudanças Climáticas nº 13.798;
- **LDI - Linha Distrito Industrial -** linha de financiamento para financiar investimentos municipais destinados à adequação ou construção de distritos industriais, especialmente na infraestrutura básica para a instalação de parques industriais;
- **LDA - Linha Distribuição e Abastecimento -** linha de financiamento para financiar investimentos municipais destinados a construção ou adequação de centros de distribuição e abastecimento, assim como a infraestrutura básica e de acabamento, para a plena capacidade de comercialização;
- **LAM - Linha Arena Multiuso -** linha de financiamento para financiar investimentos municipais destinados àconstrução ou adequação de Arenas Multiuso para que se tenha um local destinado a eventos econômicos, exposições, seminários e de convivência social, esportiva e cultural;
- **LEF - Linha Especial a Franquias -** linha de financiamento de longo prazo destinado à abertura da primeira franquia ou de uma nova unidade da franquia e financiamento de curto e médio prazo destinado a investimentos e capital de giro para ampliação ou modernização de uma unidade já existente;
- **LVR - Linha de Financiamento para o Vale do Ribeira -** Linha de financiamento destinada a promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados na região do Vale do Ribeira por meio do financiamento ao agronegócio, comércio, serviços e indústria, com taxa de juros "zero".

Com esses lançamentos, a Agência totaliza catorze linhas de financiamento disponíveis com recursos próprios, além das linhas do BNDES, onde a Nossa Caixa Desenvolvimento se configura como agente financeiro repassador.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Nossa Caixa Desenvolvimento registrou, neste primeiro semestre de 2011, lucro líquido de R$ 28,4 milhões.

Com Patrimônio Líquido de R$ 1.023,1 milhões, o Retorno Anualizado sobre o PL Médio (ROAE), em 30/6/2011, é de 5,66%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 58,1 milhões, com uma despesa de R$ 21,1 milhões, gerando resultado operacional de R$ 37,0 milhões.

O total de ativos alcançou R$ 1.120,4 milhões, composto por 79,83% de Títulos Públicos Federais, 0,63% de Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, 19,41% de Operações de Crédito e 0,13% de outros Ativos.

Principais Indicadores:

Indicadores	%
ROAE	5,66%
ROAA	5,15%
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA	37,74%
ÍNDICE DE BASILÉIA	333,42%

5. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado, a Nossa Caixa Desenvolvimento conta com 115 colaboradores ativos, sendo 52 homens e 63 mulheres. A média da idade é de 36 anos e 63% dos cargos comissionados são ocupados por mulheres.

Nesse 1º semestre, foram realizadas várias iniciativas voltadas para conscientização social e educação financeira, como a entrega de material de Educação Ambiental, Campanha do Agasalho, Campanha de Vacinação contra o vírus da gripe, Campanha de Recolhimento de Pilhas, Programa de Saúde Financeira, entre outras.

6. PARTICIPAÇÕES EM FÓRUNS E FEIRAS

Com o objetivo de aumentar a visibilidade e divulgação de suas linhas de financiamento, a Nossa Caixa Desenvolvimento participou, nesse 1º semestre, de importantes fórum e feiras, como o Fórum Mundial de Sustentabilidade, em Manaus, FEIMACO - Feira Internacional de Máquinas e Componentes para a Indústria de Confecções, ABF Franchising Expo 2011, 55º Congresso Estadual de Municípios, entre outros.

Com públicos afins, a presença da Nossa Caixa Desenvolvimento nesses encontros proporciona contatos com diversos setores econômicos e oportunidades de ótimos negócios.

7. DESTAQUES 1º SEMESTRE 2011

PROGRAMA - PAR

No âmbito do PAR - Programa de Apoio Regional, foi lançada, em março de 2011, a LVR - Linha de Financiamento para o Vale do Ribeira, em parceria com o Governo do Estado, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados da região.

A linha apresenta condições especiais, com taxa de juros subsidiadas (taxa zero) pelo FVR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira, do Governo do Estado, uso do Fundo de Aval Paulista (FDA) para garantias financeiras, e prazos de até 60 meses, com 12 meses de carência.

NOVAS PARCERIAS

A estratégia de atuação por meio de parceiros possibilita a Nossa Caixa Desenvolvimento atingir todo o território paulista e agiliza o processo de concessões de crédito.

Nesse 1º semestre, seis novas parcerias foram formalizadas, como a Associação Brasileira de Franchising, SOFTEX Campinas - Associação pela Excelência do *Software* de Campinas, entre outras, totalizando 59 parceiros de diversos setores da economia paulista.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em junho, a Nossa Caixa Desenvolvimento iniciou a elaboração do Planejamento Estratégico 2012 - 2015. Nele serão traçados os objetivos estratégicos para os próximos anos e as prioridades da instituição, alinhados com as diretrizes do Governo Estadual.

ADESÃO AO PROTOCOLO VERDE FEBRABAN

Com o compromisso da sustentabilidade, a Nossa Caixa Desenvolvimento aderiu, em 29/06/11, ao Protocolo de Intenções assinado entre o Ministério do Meio Ambiente e a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

O Protocolo Verde, como é conhecido, constitui no esforço comum no sentido de empreender políticas socioambientais que sejam precursoras, multiplicadoras e exemplares nas práticas bancárias e que visem promover o desenvolvimento sustentável e uma contínua melhoria no bem-estar da sociedade.

São Paulo, 3 de agosto de 2011

Milton Luiz de Melo Santos - Diretor-Presidente
Cláudio de Oliveira Torres - Diretor Financeiro e de Crédito
Paulo Roberto Penachio - Diretor de Infraestrutura e TI
Julio Themes Neto - Diretor de Fomento

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e de 2010
(Em milhares de Reais)

A T I V O	Nota	2011	2010
Circulante		**100.654**	**52.072**
Disponibilidades		**1**	**311**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**7.099**	**9.809**
Aplicações no mercado aberto		7.099	9.809
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**5**	**366**	**1.707**
Carteira própria		366	1.707
Operações de crédito	**6**	**92.807**	**39.996**
Operações de crédito		93.278	40.147
(-) Provisão para operações de crédito		(471)	(151)
Outros créditos	**7**	**381**	**249**
Diversos		381	249
Não circulante		**1.019.052**	**615.055**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**5**	**894.382**	**579.270**
Carteira própria		894.382	579.270
Operações de crédito	**6**	**124.670**	**35.785**
Operações de crédito		125.374	35.962
(-) Provisão para operações de crédito		(704)	(177)
Permanente		**654**	**412**
Investimentos		**200**	**-**
Ações e cotas		200	-
Imobilizado de uso		**332**	**290**
Outras imobilizações de uso		372	299
(Depreciações acumuladas)		(40)	(9)
Intangível		**122**	**122**
Outros ativos intangíveis		164	135
(Amortização acumulada)		(42)	(13)
Total do ativo		**1.120.360**	**667.539**

P A S S I V O	Nota	2011	2010
Circulante		**51.285**	**25.444**
Depósitos	**8**	**1.736**	**1.633**
Depósitos vinculados		1.736	1.633
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	**9**	**25.560**	**13.071**
FINAME		16.260	5.128
BNDES		9.300	7.943
Outras obrigações	**10**	**23.989**	**10.740**
Cobrança e arrecadação de tributos		28	23
Obrigações sociais e estatutárias		15.151	780
Obrigações fiscais e previdenciárias		6.534	3.137
Diversos		2.276	6.800
Não circulante		**45.977**	**32.819**
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	**9**	**45.977**	**32.819**
FINAME		40.955	17.354
BNDES		5.022	15.465
Patrimônio líquido	**12**	**1.023.098**	**609.276**
Capital social		1.000.000	600.000
Ações ordinárias - País		1.000.000	600.000
Reservas de lucros		23.098	9.276
Total do passivo		**1.120.360**	**667.539**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Especiais de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2010	**400.000**	**-**	**360**	**5.130**	**-**	**405.490**
Aumento de Capital	-	200.000	-	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 24/3/2010	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	4.771	4.771
Destinações:						
Reservas	-	-	238	3.548	(3.786)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(985)	(985)
Saldos em 30/6/2010	**600.000**	**-**	**598**	**8.678**	**-**	**609.276**
Mutações do período	**200.000**	**-**	**238**	**3.548**	**-**	**203.786**
Saldos em 1/1/2011	**600.000**	**400.000**	**1.309**	**18.631**	**-**	**1.019.940**
Homologação do Banco Central em 13/1/2011	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	28.390	28.390
Destinações:						
Reservas	-	-	1.419	1.739	(3.158)	-
Dividendos	-	-	-	-	(10.117)	(10.117)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(15.115)	(15.115)
Saldos em 30/6/2011	**1.000.000**	**-**	**2.728**	**20.370**	**-**	**1.023.098**
Mutações do período	**400.000**	**(400.000)**	**1.419**	**1.739**	**-**	**3.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Nota	1º sem. de 2011	1º sem. de 2010
Receitas da intermediação financeira		**60.165**	**23.955**
Operações de crédito		11.273	2.351
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		48.892	21.604
Despesas da intermediação financeira		**(2.019)**	**(769)**
Operações de empréstimos e repasses		(1.410)	(473)
Provisão para operações de crédito		(609)	(296)
Resultado bruto da intermediação financeira		**58.146**	**23.186**
Outras receitas/despesas operacionais		**(21.137)**	**(14.756)**
Rendas de tarifas bancárias		710	323
Despesas de pessoal	11	(7.854)	(6.861)
Outras despesas administrativas	11	(10.759)	(7.244)
Despesas tributárias	11	(2.929)	(1.223)
Outras receitas operacionais		123	290
Outras despesas operacionais		(428)	(41)
Resultado operacional		**37.009**	**8.430**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**37.009**	**8.430**
Imposto de renda e contribuição social	**13**	**(7.733)**	**(3.359)**
Provisão para imposto de renda		(5.682)	(2.083)
Provisão para contribuição social		(2.051)	(1.276)
Participações estatutárias no lucro		**(886)**	**(300)**
Lucro líquido		**28.390**	**4.771**
Juros sobre capital próprio	**12**	**(15.115)**	**(985)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Nota	1º sem. de 2011	1º sem. de 2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		**28.390**	**4.771**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido		**641**	**315**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		609	296
Depreciação e amortização		32	19
Lucro ajustado do semestre		**29.031**	**5.086**
Variação ativo/passivo		**(400.200)**	**(201.984)**
(Aumento)/redução em TVM	5	(369.352)	(198.405)
(Aumento)/redução operações de crédito	6	(34.683)	(54.940)
(Aumento)/redução outros créditos	7	310	1.276
(Aumento)/redução outros valores e bens		-	3
Aumento/(redução) depósitos	8	(1.962)	1.619
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	9	(7.252)	45.889
Aumento/(redução) outras obrigações	10	12.739	2.574
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(371.169)**	**(196.898)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(61)	(199)
Aplicações no intangível		(16)	(51)
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(77)**	**(250)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	200.000
Dividendos pagos /provisionados	12	(10.117)	-
Juros sobre o capital próprio pagos/provisionados	12	(15.115)	(985)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		**(25.232)**	**199.015**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(396.478)**	**1.867**
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		403.944	9.960
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	7.466	11.827
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(396.478)**	**1.867**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, de emissão do Conselho Monetário Nacional - CMN e respectivas alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia paulista, por meio do financiamento de projetos produtivos que resultam na geração de renda e ampliação de novos empregos, bem como contribuir com a racionalização das políticas financeiras e de fomento do Estado. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

i. Fundos governamentais;

ii. Orçamento estadual;

iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Em 4/8/2011, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3. Alterações na Lei das S.A. (Lei nº 6.404)

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada, pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2010, alguns dos quais já foram revistos entre 2010 e 2011.

A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (d) apresentação da demonstração do fluxo de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos (e) tratamento de provisões, passivos e ativos contingentes; (f) divulgação sobre partes relacionadas; (g) evento subseqüente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis e (h) critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações (produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012).

4. Principais práticas contábeis

a. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de junho de 2011, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2011	2010
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.099	9.809
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	366	1.707
Caixa e saldos em bancos - Moeda nacional	1	311
Total	**7.466**	**11.827**

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 em seu art. 1º, estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado, entretanto as Agências de Fomento ficam dispensadas desta prática.

d. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não são apropriados os rendimentos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias, sendo apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

A classificação das operações de crédito foi efetuada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682, do Banco Central do Brasil.

Na constituição de provisão das operações de crédito, além dos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2682, do Banco Central do Brasil, adotou-se provisões cautelares como medida de proteção complementar, que representam 11,9% da provisão mínima exigida, considerando a experiência da Administração e expectativa da realização da carteira de crédito.

e. Ativo permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas provisões para perdas, depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamentos de dados;
- 20% para o intangível.

f. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g. Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições

g1. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$ 240 no ano.

A provisão para contribuição social foi calculada sobre o lucro real à alíquota de 9%.

g2. Recolhimento do PIS e da COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidentes sobre o faturamento, permitindo-se ainda a dedução das despesas estabelecidas na Legislação Tributária.

h. Utilização de estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i. Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição das contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2011 e 2010, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	2011		2010	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	894.382	-	579.270
Cotas de Fundos de Renda Fixa	366	-	1.707	-
Total	**366**	**894.382**	**1.707**	**579.270**

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e as Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2011 e 2010, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de crédito

A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

a. Composição por tipo de operação

	Junho de 2011	Junho de 2010
Empréstimos - Recursos próprios	85.748	24.338
Empréstimos - Repasses	14.623	23.536
Títulos descontados - Recursos próprios	890	4.888
Financiamentos - Recursos próprios	60.077	794
Financiamentos - Repasses	57.314	22.553
Total da carteira	**218.652**	**76.109**

b. Composição por faixa de vencimento

	Junho de 2011	Junho de 2010
Parcelas vincendas	**218.033**	**76.074**
Até 180 dias	39.648	20.117
De 181 a 360 dias	53.011	20.030
Acima de 360 dias	125.374	35.927
Parcelas vencidas	**619**	**35**
Até 60 dias	453	35
De 61 a 90 dias	166	-
Acima de 90 dias	-	-
Total da carteira	**218.652**	**76.109**

c. Composição por tipo de atividade econômica

	Junho de 2011	Junho de 2010
Setor privado		
Indústria	143.418	55.964
Comércio	37.814	11.255
Outros serviços	21.445	8.890
Setor público		
Administração direta municipal (a)	15.975	-
Total da carteira	**218.652**	**76.109**

(a) Trata-se de operações de crédito realizadas com Prefeituras de Municípios do Estado de São Paulo, concedidas após aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio de linhas específicas destinadas ao setor.

d. Composição por níveis de risco

						30/6/2011
Classificação de risco	Provisão %	Total das operações	% Part.	Valor da provisão	Provisão adicional	Provisão total
AA	0,0	141.906	64,90	-	86	86
A	0,5	63.305	28,95	316	34	350
B	1,0	8.572	3,92	86	4	90
C	3,0	2.696	1,24	81	0	81
D	10,0	1.667	0,76	167	1	168
E	30,0	152	0,07	46	0	46
F	50,0	-	-	-	-	-
G	70,0	-	-	-	-	-
H	100,0	354	0,16	354	-	354
Total		**218.652**	**100**	**1.050**	**125**	**1.175**

						30/6/2010
Classificação de risco	Provisão %	Total das operações	% Part.	Valor da provisão	Provisão adicional	Provisão total
AA	0,0	32.705	42.97	-	-	-
A	0,5	38.305	50.33	192	-	192
B	1,0	4.428	5,82	44	-	44
C	3,0	22	0,03	1	-	1
D	10,0	512	0,67	51	-	51
E	30,0	137	0,18	41	-	41
F	50,0	-	-	-	-	-
G	70,0	-	-	-	-	-
H	100,0	-	-	-	-	-
Total		**76.109**	**100**	**329**	**-**	**329**

e. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Saldo no início do período	**567**
Constituição da provisão	661
Reversão de provisão	(53)
Saldo no fim do período	**1.175**

Em 30/6/2011, o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 0,54%, em 30/6/2010 a provisão total era equivalente à 0,43%.

No primeiro semestre, houve renegociação no montante de R$ 3.200, correspondente a 42 clientes, considera-se como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Não ocorreram no período recuperações ou baixa para prejuízo na carteira de crédito.

7. Outros créditos

	Junho de 2011	Junho de 2010
Adiantamentos para despesas	287	187
Impostos e contribuições a compensar	48	-
Devedores diversos	46	62
Total	**381**	**249**

8. Depósitos vinculados

	Junho de 2011	Junho de 2010
Garantias de operações de crédito (a)	1.582	1.479
Garantias de fornecedores	154	154
Total	**1.736**	**1.633**

(a) Referem-se a recursos provenientes da liquidação de duplicatas ou contratos recebidos como garantias de operações de crédito, e que serão liberados ao cliente quando verificado o nível mínimo exigido de garantias para essas operações.

9. Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Referem-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e FINAME, com vencimentos mensais e encargos financeiros conforme tabela abaixo.

Indexador	Saldo	Encargos	Vencimento até
Pré-fixado	56.010	1,5% até 7,0 % a.a.	17/4/2017
Pós-fixado	15.527	1,0% até 4,5% a.a. + TJLP ou Cesta de moedas	15/5/2015
Total	**71.537**		

10. Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	Junho de 2011	Junho de 2010
Dividendos	8.830	-
Juros sobre o capital próprio	5.800	480
Participação nos lucros	521	300
Total	**15.151**	**780**

b. Fiscais e previdenciárias

	Junho de 2011	Junho de 2010
Imposto de renda	3.730	1.327
Contribuição social	1.520	912
Impostos e contribuições sobre salários	782	646
Impostos e contribuições a recolher	502	252
Total	**6.534**	**3.137**

c. Outras obrigações - Diversas

	Junho de 2011	Junho de 2010
Despesas de pessoal	1.277	1.025
Fornecedores	541	5.301(a)
Diversos (b)	458	474
Total	**2.276**	**6.800**

(a) Refere-se, substancialmente, a obrigações com contrato de publicidade e propaganda.

(b) O valor de R$ 458 trata-se de provisão relativa a ajustes advindos da sub-rogação do contrato de trabalho de ex-funcionários do Banco Nossa Caixa.

11. Desdobramento das contas de resultado

a. Despesas de pessoal

	Junho de 2011	Junho de 2010
Proventos	4.006	3.474
Encargos sociais	1.557	1.442
Benefícios	1.143	800
Honorários de diretores e conselheiros	891	897
Treinamento	172	182
Estagiários	85	66
Total	**7.854**	**6.861**

b. Outras despesas administrativas

	Junho de 2011	Junho de 2010
Propaganda e publicidade	6.915	5.167
Patrocínios e relações públicas	1.131	141
Processamentos de dados	966	394
Serviços técnicos especializados	314	433
Manutenção e conservação de bens	290	120
Publicações	233	154
Transporte	216	174
Demais (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza etc.)	165	136
Serviços do sistema financeiro	131	84
Serviços de terceiros	107	116
Comunicações	75	80
Vigilância e segurança	64	32
Água, energia e gás	45	118
Viagem no país	41	46
Materiais de escritório	34	28
Depreciação	16	7
Amortização	16	12
Contribuições filantrópicas	-	2
Total	**10.759**	**7.244**

c. Despesas tributárias

	Junho de 2011	Junho de 2010
Contribuição ao COFINS	2.382	962
Contribuição ao PIS	387	156
IPTU	104	92
ISS	39	5
Outras	17	8
Total	**2.929**	**1.223**

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital social de 1 bilhão de reais está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal. Em 13/1/2011, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil aumento de capital no montante de 400 milhões de reais, integralizado em 30/12/2010.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2011, os membros deliberaram que, a partir de 2011 até a sua revogação, será distribuído 100% do lucro líquido, observado o limite máximo da distribuição sob a forma de juros sobre o capital próprio, estabelecido pela legislação, e o restante na forma de dividendos. A base de cálculo considera o lucro líquido dos meses encerrados e a estimativa de lucro líquido do último mês do período.

Foram distribuídos juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

Descrição	Valor
Juros sobre o capital próprio	9.315
Dividendos	1.287
Total no 1º trimestre de 2011	**10.602**
Juros sobre o capital próprio	5.800
Dividendos	8.830
Total no 2º trimestre de 2011	**14.630**
Juros sobre o capital próprio	15.115
Dividendos	10.117
Total no 1º Semestre de 2011	**25.232**

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular 2.739 de 19 de fevereiro de 1997.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	Junho de 2011	Junho de 2010
Despesa de imposto de renda - Corrente	(5.682)	(2.083)
Despesa de contribuição social - Corrente	(2.051)	(1.256)
Total	**(7.733)**	**(3.339)**

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Junho de 2011	Junho de 2010
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	37.009	8.430
Participação dos empregados	(886)	(300)
Resultado após a participação dos empregados	36.123	8.130
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(12.282)	(3.252)
Ajuste para cálculo de IR e CSLL	(593)	(481)
Provisões	(218)	(357)
Contribuições a entidades de classe	(26)	(26)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(225)	(118)
Gratificação Diretoria, Conselho Fiscal e Administração	(134)	-
Multas	(2)	-
Outras adições/exclusões	12	20
Incentivos fiscais - PAT	3	-
Juros sobre capital próprio	5.139	394
Imposto de renda e CSLL	(7.733)	(3.339)
Despesa de IR e CSLL	(7.733)	(3.339)

No 1º semestre de 2011, não foram constituídos créditos tributários.

14. Regime Tributário PIS e COFINS

A Receita Federal, por suas Delegacias Regionais, tem adotado interpretação segundo a qual as Agências de Fomento estariam sujeitas à adoção do regime não-cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, pelo qual tais contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas Agências, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% e 7,6%.

No dia 16 de agosto de 2010, foi impetrado Mandado de Segurança Coletivo em nome da ABDE, que neste ato representa as suas associadas agências de fomento, com o fim de obter o reconhecimento do direito de calcularem o PIS e a COFINS com base no regime cumulativo.

Indeferido o pedido liminar pelo juízo de primeira instância, foi interposto o recurso de Agravo de Instrumento dirigido ao TRF - Tribunal Regional Federal, para que este se pronunciasse sobre a liminar inicialmente formulada.

O referido Agravo foi julgado monocraticamente que negou seguimento ao recurso, com isso, foi interposto Agravo Regimental com o intuito de que o pedido de liminar fosse apreciado pelos Desembargadores da 7ª Turma do Tribunal, em decisão Colegiada. Atualmente, o recurso aguarda julgamento.

15. Limites operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou, em 2007, as Resoluções 3.444 e 3.490, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

A Nossa Caixa Desenvolvimento encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em 30/6/2011, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em 796 milhões de reais ao mínimo exigido. O Índice de Basiléia apurado é de 333%, enquanto o mínimo exigido é de 11%.

16. Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como seu principal acionista o Governo do Estado de São Paulo. Todos os órgãos da administração direta e indireta são considerados partes relacionadas.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, a instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

O pessoal-chave da Instituição (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) recebeu no 1º semestre de 2011 o montante de R$ 1.114, referentes a benefícios de curto prazo (R$ 1.123 no 1º Semestre de 2010). O pessoal-chave da Instituição não possui benefícios de longo prazo.

17. Contingências

A Instituição não possui contingências ativas ou passivas classificadas como perda provável.

18. Gerenciamento de riscos

a. Estrutura de gerenciamento de riscos

Na Nossa Caixa Desenvolvimento, o gerenciamento dos riscos é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos (Operacional, de Mercado e de Crédito) está disponível ao público na sede da instituição.

b. Risco operacional

Durante seu primeiro ano de vida, a Nossa Caixa Desenvolvimento esteve focada no desenvolvimento e implementação da operacionalização de suas atividades.

Em 2010, o foco foi o aperfeiçoamento dos processos, com ampliação e treinamento do quadro de colaboradores e a adequação e otimização da infraestrutura de tecnologia da informação.

Durante o segundo semestre, foram divulgados diversos manuais de procedimentos, dando continuidade ao processo de instituição de normas. Além disso, foi dada sequência ao mapeamento de riscos das atividades da instituição, com acompanhamento sistemático dos planos de ação originados.

No primeiro semestre de 2011, iniciamos o acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores. Esse procedimento encontra-se em fase de testes e ainda não foi homologado no sistema de Risco Operacional e Compliance.

Além disso, continua em andamento o processo de mapeamento de riscos das atividades da instituição, com conseqüente construção das matrizes de risco das unidades mapeadas.

No tocante à alocação de capital, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.383, de 2008. Para esse cálculo, a Nossa Caixa Desenvolvimento optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

c. Risco de mercado

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado.

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Em novembro de 2010, a Diretoria aprovou a Política de Marcação a Mercado, que estabeleceu premissas, critérios e metodologia para a marcação a mercado da carteira da instituição, imprimindo maior eficiência ao gerenciamento do risco de mercado.

d. Risco de crédito

Em 2010, a Diretoria e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco.

O acompanhamento sistemático da evolução da carteira de crédito permite a análise de sua segmentação e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras.

O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular BACEN nº 3.360, de 2007.

Diretoria

Milton Luiz de Melo Santos — ***Cláudio de Oliveira Torres***

Paulo Roberto Penachio — ***Julio Themes Neto***

Lucivaldo Pereira Lima - Contador - CRC 1SP258038/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2011, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

São Paulo, 22 de agosto de 2011

Carlos Henrique Flory — Conselheiro

Humberto Baptistella Filho — Conselheiro

Isamu Otake — Conselheiro

Tomás Bruginski de Paula — Conselheiro

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2011 e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 25 de agosto de 2011

Andrea Sandro Calabi — Presidente

David Zaia — Conselheiro

Francisco Vidal Luna — Conselheiro

Lídia Goldenstein — Conselheira

Roberto Bras Matos Macedo — Conselheiro

Milton Luiz de Melo Santos — Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo - (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nossa Caixa desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 4 de agosto de 2011

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador
CRC 1SP167455/O-0